

Ela se chama Keroly Vitoria de Oliveira Ramos Carvalho, tem 18 anos, e sua vida conta boa parte da história da educação no Brasil. Aluna recém-formada em uma escola estadual de São Paulo, é da primeira geração da família a chegar ao ensino médio.

O pai, pedreiro, estudou até o 9º do fundamental, e a mãe, merendeira, até o 7º. Os avós só puderam cursar os primeiros anos. Dos três irmãos de Keroly que já concluíram o ensino médio, dois foram para cursos superiores, um presencial e outro a distância. E a mãe voltou a estudar e está em um curso técnico de radiologia.

A família é um retrato do aumento expressivo da escolarização no Brasil nas últimas décadas. Se, em 1980, somente 20% da chamada força de trabalho do país (a população de 25 a 55 anos) havia concluído o ensino fundamental, nos anos 2020, era perto de 80%.

“É uma minirrevolução”, enfatiza Guilherme Lichand, professor da Universidade de Stanford, dos EUA, especializado em políticas educacionais de diferentes países. Ele lembra que o diploma do ensino médio, em 1980, ainda girava em torno de 10% da força de trabalho e, nos anos 2020, atingiu cerca de dois terços dessa população.

Já no ensino superior o avanço foi bem mais lento, mas, ainda assim, ocorreu. “Em 1980, menos de 5% tinham ensino superior, e isso mudou muito pouco até os anos 2000, quando ainda estávamos abaixo de 10%”, aponta Lichand. “A partir daí houve uma aceleração, e, nos anos 2020, finalmente ultrapassamos os 20%.”

A minirrevolução é colocada em perspectiva quando olhamos para outros países, inclusive da própria América Latina. E aí entramos na metade vazia do nosso copo.

Voltando quase um século, fica claro que a escolarização no Brasil chegou atrasada. “Em 1930, enquanto ainda tínhamos 21,5% das crianças no primário, no Chile já eram quase 70% e, na Argentina, 62%”, aponta Claudia Costin, diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da Fundação Getulio Vargas e ex-diretora global de educação do Banco Mundial.

“Quem estava empatado conosco era a Coreia. Mas, nos anos 1960, enquanto ainda estávamos em 40%, a Coreia já havia universalizado o acesso à escola nessa etapa, a exemplo dos EUA, da Europa e da América Latina quase como um todo.”

Ensino superior

O Brasil chegou tarde também às outras etapas. Enquanto aqui apenas cerca de 10% da força trabalhadora havia concluído o ensino médio por volta de 1980, nos EUA e no Canadá já eram aproximadamente 75%. São realidades diferentes da brasileira, pondera Lichand. Mas “o que é surpreendente” é o Brasil perder mesmo para países similares economicamente. “Nos anos 2000, quando o Brasil ainda patinava nos

Keroly acaba de concluir o ensino médio e planeja ingressar na faculdade



Brasil avança na escolarização, mas não no aprendizado

Início tardio das universidades no país e desigualdade social são os maiores entraves

25% com ensino médio, o Equador tinha 75% e Porto Rico, 75%.”

No ensino superior, a média de 20% de brasileiros acima dos 25 anos com diploma é metade dos cerca de 40% dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), o “clube dos ricos”, entre eles EUA, Canadá e Suíça. Mesmo comparados a nações da América Latina, estamos atrás. A proporção de brasileiros de 25 a 34 anos com diploma universitário, 23,4%, é mais baixa do que a do México (27,1%), da Colômbia (30,5%) e do Chile (40,5%).

As universidades começaram tardiamente ao Brasil, apenas no início do século 20. Nos EUA, Harvard data de 1636, e outras foram criadas a partir do século 17. Mesmo em relação às primeiras da América Latina, chegamos bem depois, a exemplo do Peru (1551), do México (1553), da Colômbia (1662) e de Cuba (1728). Os diplomas são recentes no Brasil inclusive para a elite. Lichand ressalta que, até 1980, somente metade dos brasileiros mais ricos concluíam o ensino médio, e pouco mais de 20%, o ensino superior (considerando aqui

os 10% mais ricos).

A noção mais clara sobre o valor da educação viria na redemocratização, em especial com a Constituição de 1988. “Foi quando a educação passou a ser vista como um motor da própria difusão das ideias da democracia, de desenvolvimento social, de acesso a oportunidades do mercado de trabalho”, explica Lichand.

Uma política pública mais ampla começou a se desenhar, inicialmente com o Fundef, lembra o economista Naercio Menezes Filho, professor do Insper e da FEA-USP. Implementado em 1998, o fundo de desenvolvimento do ensino fundamental redistribuiu recursos públicos entre estados e municípios para o investimento em educação. “Surgiu no país um sentido de empoderamento da população a partir do acesso à educação”, diz.

Um pensamento na contramão de nossas origens. “Tivemos uma colonização de exploração, de tirar, tirar, em contraposição com os EUA, por exemplo, que tiveram uma colonização de povoamento, de criar regras e direitos, como a

educação, porque os colonizadores queriam viver lá”, diz.

No Brasil, as elites portuguesas deram origem às elites brasileiras, que não queriam investir na educação. “É só analisarmos o coronelismo, como as telenovelas deixaram claro, com os coronéis tentando evitar que a população ficasse mais esperta”, afirma. “Era uma estratégia deliberada para que os mais pobres não entendessem o jogo e, mesmo após o Brasil finalmente permitir o voto dos analfabetos, controlar as eleições por meio do voto de cabresto.”

Desigualdade social

Entre os anos 1960 e 1970, o país viveu um crescimento industrial, forte fluxo migratório para o Sudeste e a mudança da população do campo para as cidades. “Era preciso contar com uma mão de obra qualificada. E cadê a nossa educação? Com isso, de lá para cá, praticamente não tivemos crescimento de produtividade.”

Menezes Filho sublinha que essa é a causa de vários problemas que enfrentamos hoje, como a desigualdade e a criminalidade.

“É a história de uma elite que não tinha consciência de que a universalização do acesso às escolas favoreceria o próprio país em termos de crescimento econômico e em tantos aspectos”, diz Costin.

Uma série de mecanismos mantinha a exclusão, mesmo com o aumento da oferta de vagas, como o exame de admissão para os antigos

primário e ginásio. “Quem passava nessas provas? A classe média em ascensão, a elite”, afirma Costin.

Havia também as altas taxas de repetência. “Em 1970, tínhamos no Brasil 40% dos alunos repetindo a 1ª série. Era uma maneira de manter os mais pobres, os negros, fora do sistema escolar. Eles repetiam uma vez, duas vezes, três vezes e acabavam saindo da escola”, diz Menezes Filho.

O economista defende que é preciso investir na recuperação de aprendizagem no contraturno. Ele é autor de estudos que demonstram que não há muita diferença de desempenho dos alunos de redes de ensino com reprovação e daquelas com aprovação automática. “Em ambas os alunos aprendem muito pouco.”

De fato, o aumento do acesso à escola não veio acompanhado por uma melhora na qualidade de aprendizado. O Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), que avalia o desempenho de estudantes de 15 anos em 81 países, mostra que o Brasil está entre as últimas 20 colocações. Mais de 70% dos alunos têm resultado insatisfatório em matemática, metade em habilidades de leitura e 55% em ciência. Mesmo as notas das escolas particulares, embora melhores do que as da rede pública, estão abaixo da média da OCDE — o Brasil tem cerca de 20% de matrículas na rede privada, e 80% em federais, estaduais e municipais.).

***Por Laura Mattos (Folhapress)**